

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i22.41759>

Resenha recebida em: 30/01/2022

Resenha aprovada em: 15/07/2021

Resenha publicada em: 19/09/2022

SOFRIMENTO NA FRANÇA DE CHRISTOPHE DÉJOURS
uma análise psico-sociológica das relações de trabalho no neoliberalismo

SUFFERINF IN FRANCE
a psycho-sociological analysis of labor relations in neoliberalismo

SOUFFRANCE EM FRANCE
une analyse psycho-sociologique des relations de travail dans le néolibéralisme

Martha Bernardo¹

(martha.luiza2017@outlook.com)

284

Resumo: Nessa resenha, tratamos do livro “Sofrimento na França”, de Cristophe Déjours. Apesar de não ter se tornado um clássico em filosofia, justificamos o interesse nessa obra por dois motivos: 1) ela propõe um cruzamento entre ciências médicas e ciências humanas, mais especificamente, entre as ciências psi e a sociologia, introduzindo-se, portanto, num campo de pesquisa interdisciplinar. Apresenta a questão do desemprego sob um novo ângulo: o da coleta de dados de pacientes tratados por Déjours, mostrando o impacto psíquico da questão do trabalho; 2) sua atualidade para a pesquisa em filosofia, uma vez que promove uma releitura do conceito de “banalização do mal” de Hanna Arendt, baseado na experiência contemporânea do neoliberalismo, bem como apresenta a mobilização popular e a viragem feminista como dois possíveis encaminhamentos para amenizar o sofrimento psíquico produzido pelas condições de trabalho nos dias de hoje.

Palavras-chave: Sofrimento. Trabalho. Banalização. Desemprego. Déjours.

Abstract: In this review, we deal with the book "Suffering in France", by Cristophe Déjours. Although it has not become a classic in philosophy, we justify the interest in this work for two reasons: 1) it proposes a cross between medical sciences and humanities, more specifically between the psi sciences and sociology, thus introducing in a field of interdisciplinary research. It presents the issue of unemployment from a new angle: the data collection of patients treated by Déjours, showing the psychic impact of the issue of work; 2) its relevance to research in philosophy, since it promotes a reinterpretation of the concept of "banalization of evil" of Hanna Arendt, based on the contemporary experience of neoliberalism, as well as presenting popular mobilization and feminist change as two possible routes to alleviate the psychic suffering produced by working conditions today.

¹ Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra em Filosofia pela Université Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis. Graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1855642735393249>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9870-2806>.



Keywords: Suffering. Work. Trivialization. Unemployment. Déjours.

Résumé: Dans ce compte rendu, nous abordons le livre “Souffrance en France”, de Cristophe Déjours. Même s’il n’est pas devenu un classique, nous justifions l’intérêt pour cette ouvrage par deux raisons: 1) elle propose un croisement entre les sciences médicales et les sciences humaines, plus spécifiquement, entre les sciences psi et la sociologie, s’introduisant dans un champ de recherche interdisciplinaire, et, de cette façon, en présentant la question du chômage sous un nouvel angle: celui de la collecte de données chez les patients traités par Déjours, en montrant l’impact psychique du travail; 2) son actualité pour la recherche en philosophie, une fois qu’elle promet une relecture du concept de “banalisation du mal” de Hanna Arendt, basée sur l’expérience contemporaine du néolibéralisme, ainsi comme en présentant la mobilisation populaire et le virage féministe comme deux possibles démarches pour amoindrir la souffrance psychique produite par les conditions de travail aujourd’hui.

Mots-clés: Souffrance. Travail. Banalisation. Chômage. Déjours.

INTRODUÇÃO

A situação se agravou, por que nenhuma medida foi tomada na França nem no estrangeiro para favorecer, em matéria de organização do trabalho, as escolhas que poderiam ser nitidamente menos deletérias para a saúde mental de nossos contemporâneos (DÉJOURS, 1998; p. I)².

285

Christophe Déjours nasceu em 1949 e doutorou-se em medicina, especializando-se em psiquiatria e psicanálise, com foco em medicina do trabalho. É considerado o fundador de uma nova disciplina que se denomina psicodinâmica do trabalho, desenvolvida por ele a partir dos anos 80, cujo objeto de estudo é o sofrimento humano causado pelas relações de trabalho. É professor emérito pela Universidade Paris-Nanterre e membro da Associação Psicanalítica da França, além de responsável científico do Instituto de Psicodinâmica do Trabalho. *Sufrimento na França* (1998) é um livro sobre as novas organizações do trabalho, sob o regime do neoliberalismo, e sobre os mecanismos que produzem a servidão voluntária no mundo contemporâneo. Essas novas organizações geram uma pobreza crescente e, por consequência, novas formas de violências sociais. Déjours sublinha que o objeto do livro não é a empresa neoliberal, mas um questionamento da tolerância social em relação à evolução da organização do trabalho: “o [tema] principal aqui exposto é o da inacreditável tolerância de nossos contemporâneos ao progresso da injustiça social em regime neoliberal” (DÉJOURS, 1998; p. III).

²As traduções do texto de Déjours são de nossa responsabilidade.



1 FUNCIONALISMO E BANALIZAÇÃO DO MAL

Déjours escreve contra os funcionalistas, para quem a organização neoliberal do trabalho seria “inexorável”, fato de uma lógica endógena própria ao sistema, quer dizer, própria à economia, ao mercado, à mundialização, ao sistema financeiro internacional... “à guerra econômica [...] contra a qual não teríamos outra escolha senão triunfar ou perecer” (DÉJOURS, 1998, p. III). A tese funcionalista produz uma naturalização da situação do trabalho que não é compreendida como injustiça social, mas como submetida ao funcionamento dos agentes econômicos, como o mercado.

À centralidade do mercado nas análises econômicas ou nas coletividades, Déjours, que é também pesquisador em ciências humanas, opõe a análise fundada sobre o indivíduo. Mais precisamente, essa análise tem como objeto os dados recolhidos da clínica do trabalho e seria, portanto, baseada em “fatos”, o principal deles: o sofrimento psíquico dos trabalhadores. Esse fato servirá para compreender o comportamento dos indivíduos sob o regime do neoliberalismo. A escolha do indivíduo como objeto de reflexão tem também por causa sua centralidade na organização do trabalho.

286

Todo sistema, toda organização, toda empresa tem, e terá sempre, necessidade do gênio da inteligência no trabalho para funcionar, segundo Déjours. É por isso que ele afirma que a empresa neoliberal e o próprio sistema econômico não funcionam nunca pela operação única de sua lógica interna. É necessário o recurso ao trabalho vivo. Mas o trabalho vivo repousaria sobre a liberdade da vontade. É forçoso então admitir que o sistema neoliberal, mesmo se ele faz sofrer aqueles e aquelas que trabalham, só pode manter sua eficácia e sua estabilidade graças ao consentimento daqueles e daquelas que o servem (DÉJOURS, 1998; p. IV). O consentimento funciona assim, como passagem da análise do *campo individual da necessidade* para o *campo coletivo da submissão*.

A tese de Déjours, que nega a tese funcionalista, é que a injustiça social tem por causa o consentimento. A ideia pertence à tradição libertária, da qual Étienne de la Boétie (1530-1563) aparece como um predecessor: “em outros termos, esse livro procede ao exame das vias específicas que assume a servidão voluntária no contexto do sistema neoliberal” (DÉJOURS, 1998, p. IV). A questão que La Boétie formula é justamente como todos os homens podem servir voluntariamente a um só homem. A questão de Déjours é como todos podem consentir com a injustiça da organização neoliberal do trabalho, considerando-a como única empresa viável para o destino da humanidade. Essa naturalização da injustiça, que



Déjourns utiliza para pensar a ideia de uma banalização do mal, foi constatada no seu trabalho como médico.

O mal estava indiscutivelmente na ordem do dia com essa particularidade de aparecer sem travestimento, sem “complexo”... Eu tinha necessidade desse conceito para discutir a tese da banalidade do mal, de Arendt, e sobretudo para avançar a ideia de uma “banalização” do mal da qual meus detratores eram, é necessário admitir, frequentemente testemunhas plácidas. (DÉJOURS, 1998; p. VIII)

Os funcionalistas atacam Déjourns afirmando que a banalização do mal é um conceito atrasado, que não compreende o «realismo econômico» que estaria para além do bem e do mal, naturalizando a desigualdade e a injustiça como *próprios* do sistema econômico, tese que remonta, como bem se sabe, à *Política* de Aristóteles, onde o próprio cosmos seria governado pela soberania do Um (o Motor Imóvel), traduzido, por essa corrente, como o mercado.

O que revela minha pesquisa sobre a servidão voluntária no sistema neoliberal é que a maioria das pessoas pode ser colocada a serviço de um sistema do qual, no entanto, ela desaprova profundamente os métodos. E ela mostra – é o que mais surpreendente – que a mobilização pode ser obtida *sem uso da força* (DÉJOURS, 1998; p. IX).

287

Para Déjourns, o consentimento, a banalização do mal e as condições de trabalho produzem um descompasso ético na relação do indivíduo consigo próprio, o que vem a ser uma das causas do sofrimento psíquico.

2 O MAL

É comumente partilhado que as vítimas do desemprego estão em situação de sofrimento, por vezes físico e psíquico. Mas não é compartilhado que essas vítimas sofrem também de uma injustiça social. Para Déjourns, há, no mundo contemporâneo, uma clivagem entre sofrimento e injustiça social. No caso do desemprego (o chamado *lupem proletariado* na tradição marxista: os humanos que não são sujeitos políticos), o sofrimento está ligado a reações de compaixão, piedade ou caridade, mas não de mobilização social. Essa clivagem torna então invisível a reação política. Essa mesma postura conduz a uma atitude de resignação face à injustiça sofrida. Resignação face a um fenômeno: a crise de emprego, considerada como uma fatalidade. Segundo essa concepção, não haveria injustiça, mas somente



um fenômeno sistemático, econômico, sobre o qual não teríamos nenhum alcance. Déjourns se posiciona contra o fatalismo funcionalista que considera o desemprego como um fenômeno sistemático, apoiando-se sobre as mobilizações coletivas que têm lugar sobre o neoliberalismo.

Na minha opinião, a atribuição do infortúnio do desemprego e da exclusão à causalidade do destino, à causalidade econômica ou à causalidade sistêmica, não diz respeito a uma inferência psicocognitiva individual. Ela é dada ao sujeito, do exterior. Por que o discurso economicista sobre o infortúnio, que atribui o infortúnio à causalidade do destino e recusa responsabilidade e injustiça na origem do dito infortúnio, por que esse discurso concentra a adesão de nossos concidadãos, com seu corolário, a resignação ou ausência de indignação e de mobilização coletiva? (DÉJOURS, 1998; p. 21)

Déjourns pretende responder a essas questões – e a seu fundamento meritocrático – através da psicodinâmica do trabalho.

Em substância, a psicodinâmica do trabalho sugere que a adesão ao discurso economicista seria uma manifestação do processo de “banalização do mal”. A banalização do mal, diferente da banalidade do mal, serve para compreender não o contexto da Alemanha nazista, mas a sociedade francesa contemporânea. (DÉJOURS, 1998; p. 22)

288

A exclusão e o infortúnio infligidos ao outro nas nossas sociedades, sem mobilização política contra a injustiça, viria, na visão de Déjourns, de uma dissociação realizada entre infortúnio e injustiça, sob o efeito da banalização do mal no exercício dos atos civis ordinários por aqueles que não são (ou não ainda) vítimas da exclusão, e que contribuem a excluir a agravar o infortúnio de frações mais e mais importantes da população (DÉJOURS, 1998; p. 22).

A tese economicista seria o índice não apenas de uma resignação ou de uma impotência, mas “funcionaria também como uma *defesa* contra a consciência dolorosa de sua própria cumplicidade, de sua própria colaboração e de sua própria responsabilidade no desenvolvimento do infortúnio social” (DÉJOURS, 1998; p. 23). Essa tese, nos parece, encontra grande eco na história da filosofia. Para citarmos novamente Aristóteles, a naturalização da desigualdade através dos “escravos por natureza” prossegue numa marcha mais ou menos contínua, encontrando na lógica do mestre e do escravo de Hegel, sua expressão contemporânea.

Déjourns sublinha que sua análise sobre a banalização do mal vem de um contexto de mudanças políticas, de diminuição das lutas políticas e mobilizações coletivas. O autor não vê solução a curto termo para o neoliberalismo, mas indica quase uma impossibilidade para a ação que não passe por um debate sobre a banalização do mal (DÉJOURS, 1998; p. 24).



Quanto ao desemprego, os analistas políticos previam, em 1980 – ele escreve – que não se poderia ultrapassar os quatro por cento de desempregados no conjunto da população sem que surgisse uma crítica política maior. Em 1998, momento em que Déjours escreve, a taxa de desemprego é de treze por cento na França, sem que a população reaja com convulsões políticas e sociais. Isso significa uma tendência maior a tolerar o intolerável.

Nossa hipótese consiste em que, depois de 1980, não foi apenas a alta taxa de desemprego que mudou, mas seria *toda a sociedade que teria se transformado qualitativamente*, a ponto de não mais ter as mesmas reações que antes. Para ser mais preciso, visamos, sob essa fórmula, essencialmente uma evolução das reações sociais ao sofrimento, ao infortúnio e à injustiça, evolução que se caracteriza pela atenuação de reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em favor da solidariedade e da justiça, enquanto se desenvolveria reações de reserva, de hesitação e de perplexidade, talvez de franca indiferença, assim como de intolerância coletiva à inação e de resignação face à injustiça e ao sofrimento do outro. (DÉJOURS, 1998; p. 26)

Perplexidade, hesitação, indiferença, inação, resignação, são palavras que caracterizariam o comportamento face ao mal, que lhe emprestariam seu caráter banal, e que, ao mesmo tempo, fazem da grande maioria, parte integrante do sistema neoliberal.

289

3 O TRABALHO ENTRE O SOFRIMENTO E O PRAZER

No capítulo 2, Déjours empreende um percurso pela psicodinâmica do trabalho, trazendo casos concretos que envolvem o sofrimento de indivíduos. O autor desmistifica a ideia de que o progresso tecnológico proporcionou melhorias nas condições de trabalho (DÉJOURS, 1998; p.29). Fora os trabalhos que envolvem risco, onde o indivíduo está constantemente submetido a um estado de apreensão, e ainda os empregos onde o código de trabalho tem mais chances de não ser respeitado, Déjours cita três exemplos em seu histórico de clínica onde a questão do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho é mais frequente.

A primeira delas é a crença na incompetência, que ocorre por que existe uma realidade do trabalho que o trabalhador não domina, havendo um fosso entre a organização prescrita do trabalho e a realidade prática do trabalho (DÉJOURS, 1998; p.32). Isso significa que, na realidade do trabalho, é impossível atingir objetivos se o trabalhador segue os procedimentos e regulamentações que lhes foram prescritos e cuja execução conduziria, nas palavras de Déjours, a uma “greve do zelo”. Ao contrário, esse fosso entre o trabalho prescrito e o trabalho real é preenchido por *uma mobilização dos recursos afetivos e cognitivos da inteligência*.



Um segundo caso, seria a pressão para trabalhar mal. Nesse caso, a competência e o conhecimento não entram em questão, mas o trabalhador é impedido de exercê-lo por conta das pressões que encontra no exercício de trabalho, mesmo por seus pares e colegas (DÉJOURS, 1998; p.36). Um terceiro caso, é a falta de reconhecimento. Nessa situação, o trabalhador despendia grandes recursos físicos e intelectuais, trabalha com paixão, se esforça para obter resultados e objetivos, mas passa despercebido ou sob uma indiferença geral (DÉJOURS, 1998; p.39). O fator decisivo do reconhecimento envolve o que se denomina tradicionalmente, em psicologia, de motivação no trabalho. Haveria, portanto, uma psicodinâmica do reconhecimento no trabalho que envolve diferentes atores, níveis e hierarquias em relação umas com as outras e que seria um fator determinante na transformação do sofrimento em prazer no trabalho, pois gera no indivíduo um sentimento de contribuição social e que pode ser reapropriado no registro da construção da identidade individual. O trabalho, nesse caso, torna-se uma espécie de complemento de si.

290 Ao lado dessas três formas de sofrimento no trabalho, Déjourns destaca também as formas de defesa que o trabalhador encontra, sobretudo coletivamente, contra esses sofrimentos. Essas formas de defesa têm um papel paradoxal: por um lado, elas prolongam a saúde mental dos trabalhadores diante das causas de sofrimento; por outro, elas podem pacificar as forças de mobilização necessárias para enfrentar essas causas mesmas. Através dessas estratégias coletivas, a maioria dos trabalhadores permanece com uma saúde mental normal. Essa normalidade será descrita como uma “normalidade sofredora”:

A normalidade é interpretada como o resultado entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. A normalidade não implica, então, a ausência de sofrimento, mas exatamente o contrário. Podemos sustentar o conceito de “normalidade sofredora”, onde a normalidade não aparece como o efeito passivo de um condicionamento social, de um conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida pela “interiorização” da dominação social, mas o resultado conquistado de uma grande luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho (DÉJOURS, 1998; p.43).

Veremos que, para Déjourns, é também nesse núcleo de defesa psíquica contra o sofrimento do trabalho que reside o elemento que ele denominará consentimento.

No capítulo 3, o autor abordará a denegação do sofrimento. Vale ressaltar que o estudo de Déjourns é um estudo de caso – o da sociedade francesa – e, em nenhum momento, pretende se colocar numa posição universalizante, embora seja forçoso constatar que essas descrições podem acumular pontos de contiguidade com muitas regiões do globo.



O capítulo 3 é dividido em quatro partes, que visam descrever historicamente e empiricamente a progressão do impacto do neoliberalismo na psique dos trabalhadores, bem como as formas como o sofrimento psíquico. A divisão é a seguinte: 1. A negação das organizações políticas e sindicais; 2. Vergonha e inibição da ação coletiva; 3. A emergência do medo e a submissão; Da submissão à mentira.

A primeira parte reconstitui historicamente, desde o final dos anos 60, o enfraquecimento do poder dos sindicatos e das organizações políticas de esquerda em relação ao tema do sofrimento no trabalho. Dentre esses fatores, Déjours destaca um erro estratégico: para essas organizações, o tema do sofrimento individual foi marginalizado, tendo em vista que estas se concentraram na proposição de ações coletivas, onde a questão subjetiva era desprezada (DÉJOURS, 1998; p.47). O retorno à subjetividade era condenado por desmobilizar a ação coletiva e a consciência de classe, sendo taxado de pequeno-burguês. Os efeitos dessa tomada de posição é que as pesquisas sobre o sofrimento psíquico e em psicopatologia do trabalho não puderam ser realizadas ou, se foram feitas, se deram fora da medicina e dos sindicatos. Esse movimento – o de consideração da subjetividade no campo do trabalho, encabeçado, sobretudo, pelo patronato – culminou, nos anos 80, na criação da noção de “recursos humanos”. Assim, paradoxalmente, por causa dessa palavra negada aos trabalhadores, os sindicatos e organizações políticas teriam contribuído, segundo Déjours, para aumentar a tolerância ao sofrimento no trabalho, o que culminou, pela falta de reconhecimento pelos trabalhadores em seu discurso, numa dessindicalização progressiva.

Na segunda parte do terceiro capítulo, Déjours comenta como a indiferença em relação ao sofrimento psíquico dos trabalhadores acentua a indiferença em relação ao sofrimento psíquico dos desempregados. Face ao crescente dismantelamento das organizações sindicais e movimentos políticos de esquerda na França, principalmente na era Mitterrand, são os administradores e gerentes do capital que criaram novas utopias, fundadas não na educação ou na política, mas no que o autor denomina “cultura de empresa”, que imprimiam toda uma nova abordagem em relação aos recursos humanos (DÉJOURS, 1998; p.51).

A empresa passava assim, de lugar de sofrimento e de injustiça, a um lugar de promessa de felicidade para aqueles que a ela pudessem se adaptar e oferecer excelência. Uma consequência fundamental dessa reviravolta é que a organização das empresas suplanta a questão do trabalho no neoliberalismo. Esse discurso de desqualificação do trabalho é formulado em três tempos: 1. O trabalho tornou-se raro por conta do progresso tecnológico; 2. O trabalho deve ser reduzido à sua execução; 3. Nas sociedades pós-modernas, o trabalho não pode ser considerado como um elemento de constituição



das subjetividades. Déjours opõe a essas três teses, quatro contra-argumentos: 1. O trabalho não se tornou raro. Por um lado, as jornadas de trabalho não param de crescer; por outro, o trabalho foi deslocado para o Sul global, seguindo a nova divisão mundial do trabalho, ou migrou para os interiores dos países, onde se tornou cada vez mais precarizado. Também houve um aumento do trabalho não remunerado (estágios, aprendizagens, horas suplementares não-remuneradas) e um aumento do trabalho clandestino; 2. O trabalho não pode ser reduzido à sua execução. Ao contrário, a introdução da tecnologia incrementou o número de acidentes no trabalho, os incidentes (desde uma má administração às condições de higiene) afetam a qualidade do trabalho e a saúde dos trabalhadores; 3. O trabalho é insubstituível, no mundo contemporâneo, como meio formador da identidade e da completude de si; 4. Se o trabalho pode gerar emancipação, ele pode gerar sofrimentos já conhecidos e outros oriundos das novas relações de trabalho.

Apesar desses contra-argumentos, essa nova realidade do trabalho é vitoriosa, e impede a mobilização dos indivíduos, particularmente por meio da greve, uma vez que estes, muitas vezes, são culpabilizados por seus próprios colegas de trabalho, pela mídia, por grupos políticos, que fazem deles ameaças à continuidade das empresas. Além disso, o discurso sobre a raridade do trabalho faz com que esses trabalhadores tenham vergonha ou medo de se mobilizar diante do silêncio e do mutismo generalizado. A conclusão deste segundo tópico é a seguinte: “no fim das contas, a intolerância afetiva à sua própria emoção reacional conduz o sujeito a se isolar do sofrimento do outro por uma atitude de indiferença – logo, de tolerância ao que provoca seu sofrimento” (DÉJOURS, 1998; p.58).

Na terceira parte do terceiro capítulo, Déjours, depois de narrar o cotidiano e o sofrimento no trabalho de operadores de uma empresa de automóveis, descrição esta que contrastava com outros estudos sobre o trabalho na mesma empresa, propõe dois conceitos: o de “descrição gestonária” e o de “descrição subjetiva” do trabalho (DÉJOURS, 1998; p.64). A descrição subjetiva é produzida a partir da narrativa dos trabalhadores da empresa, narrativas onde abundam imprevistos, modificações e improvisações. Já a descrição gestonária é dada pelo serviço de métodos, pelo serviço de qualidade e pelo serviço de gestão dos recursos humanos, onde se percebe o fosso entre essa narrativa e aquela dada pelos trabalhadores. O fato de que esse fosso não se torne matéria para mobilizações seria efeito do que Déjours denomina o *aparecimento do medo*. Medo do desemprego ou de empregos ainda mais precários. Dentre os efeitos desse medo, destaca-se: a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo, a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a estratégia defensiva do silêncio, o individualismo, obediência e submissão.



O quarto capítulo se propõe a responder uma pergunta: por que os administradores e gerentes, uma vez tendo reconhecido a veracidade da descrição subjetiva do trabalho, uma vez os tendo admitido que também experimentam certas formas de sofrimento não alteram o rumo das empresas? A resposta de Déjours é que isso se deve a um “manejo da ameaça”. Por um lado, os resultados da descrição subjetiva do trabalho não podem fazer parte de uma discussão ou de uma deliberação coletiva, entre os diversos postos da empresa, por conta do medo ao qual todos estão submetidos: “em outros termos, a experiência da resistência do real ao domínio e à competência gestonária parece condenada a permanecer estritamente individualizada e secreta. E mesmo a ser dissimulada” (DÉJOURS, 1998; p.71). Para compreender a confiança no sistema de certos superiores, mas também a colaboração da maioria do pessoal de base seria necessário introduzir a noção de “zelo no trabalho”. É essa noção que levará Déjours, nos capítulos subsequentes, a comparar a banalização do mal no neoliberalismo com a banalidade do mal no nazismo, sem de alguma forma pensar numa sobreposição entre os dois, mas apenas num ponto de contato: os trabalhadores funcionam como peças de um sistema que lhes ultrapassa, através de uma ideia de colaboração (DÉJOURS, 1998, p.72). Nesse sentido, o zelo seria uma categoria central, decisiva para a eficiência do sistema. O zelo, no entanto, é diferente da denominada greve do zelo, pois não se trata, como nesta última, de seguir à risca as prescrições do trabalho, já que fazê-lo incorreria, como dissemos mais acima, numa paralisação do mesmo. O zelo exige uma mobilização da inteligência do trabalhador, à margem dos procedimentos: driblar os imprevistos, transgredir, agir inteligentemente. Haveria, portanto, a disciplina do trabalho e seu ultrapassamento, pelo zelo. O ponto de contato, então, entre o neoliberalismo e o nazismo seria o seguinte: em ambos, a mobilização da subjetividade do trabalho não é fruto de uma liberdade da vontade dos trabalhadores (DÉJOURS, 1998; p.75), mas do medo.

A aceitação social da injustiça seria fundada, portanto, numa mentira instituída que opera através de várias estratégias. Essa mentira caracteriza o dispositivo que protege a consciência de sua cumplicidade com o sistema, articulação que promove, seja por vias conscientes ou inconscientes, o sofrimento psíquico.

Certas desordens produzem um abismo entre a comunicação ideal e a comunicação na vida comum, mas segundo Déjours, a racionalidade comunicacional, tal qual a fórmula Habermas, permanece um ideal organizador para a discussão. Entre essas desordens, encontra-se o que ele chama a mentira instituída. “A mentira consiste em descrever a *produção* (fabricação ou serviço) a *partir dos resultados* e não a partir de atividades de onde eles emergem” (DÉJOURS, 1998; p. 87). Outro aspecto da mentira é a construção de descrições que apenas se apoiam nos resultados positivos, omitindo as falhas e



os erros constituintes do processo produtivo. Esse último aspecto vai de par com a propaganda exterior à empresa, mas serve também para construir uma cultura interna à empresa, o que Déjourns denomina “valorização” e que deve atestar a felicidade dos trabalhadores em fazer parte de uma determinada empresa convidando a um clientelismo generalizado.

Outro ponto constitutivo da mentira instituída é o “apagamento dos rastros”. Este consiste não apenas em destruir documentos comprometedores, a mascarar os acidentes de trabalho, mas em apagar a memória dos trabalhadores antigos que pudesse servir de contraponto à realidade atual, estratégia que consiste em distanciá-los das zonas críticas da organização, em privá-los de responsabilidade ou mesmo em demiti-los (DÉJOURS, 1998. p.90).

Assim então, para não correr o risco de não mais serem reconhecidos pelos outros homens como homens, para não perderem os benefícios de pertencimento à comunidade dos homens viris, para não se arriscarem a se encontrar excluídos e desprezados sexualmente (...) - não somente os homens, mas também as mulheres – os homens, em número muito grande, aceitam (...) tornarem-se assim «colaboradores» do sofrimento e das injustiças infligidos a outrem (DÉJOURS, 1998; p. 123)

294

Não perder sua virilidade (compreendida como dignidade) é a motivação principal que Déjourns encontra em seus clientes. Ele faz uma distinção entre não perder sua virilidade e combater por ela: “Não perder sua virilidade” é uma estratégia de luta ou de defesa contra o sofrimento, com o risco da perda da identidade sexual. “Nós estamos ainda longe do prazer, da confiança e do orgulho do homem corajoso, daquele que se alegra do triunfo” (DÉJOURS, 1998, p. 123). A questão da virilidade (de não perdê-la) é indissociável de uma grande tensão mental, uma vez que o indivíduo se sente obrigado a colaborar com um sistema que ele reprova. Para Déjourns, seguindo nesse ponto Hanna Arendt, essa conduta advém de um “medo da responsabilidade” (DÉJOURS, 1998; p. 124). A estratégia mental consiste então em passar de uma situação de injustiça a uma racionalização do mal:

Para continuar a viver psiquicamente participando do “trabalho sujo” na empresa moderna e conservando seu senso moral, muitos homens e mulheres que adotam comportamentos viris elaboram coletivamente as “ideologias defensivas” graças às quais é construída a racionalização do mal (DÉJOURS, 1998; p. 124).

Esse processo é uma estratégia de defesa coletiva.



4 A BANALIDADE E A BANALIZAÇÃO DO MAL

A “banalidade do mal” é um conceito criado, em 1953, por Hanna Arendt, utilizado pela primeira vez na ocasião do processo de Eichmann. Em *Eichmann em Jerusalem*, Arendt faz a descrição do antigo dignatário fascista. Ele não parece um monstro nem mesmo um perverso; ao contrário, é extraordinariamente comum. Nas palavras de Déjourns:

Não é nem um herói, nem um fanático, nem um doente, nem um grande perverso, nem um paranoico, nem um “personagem”, ele é sem originalidade. Ele não dá lugar a nenhum comentário particular. Ele não suscita a curiosidade nem o desejo de compreender ou de interpretar. Ele não é nem sedutor, nem repugnante. Ele é fundamentalmente, terno (DÉJOURS, 1998; p. 155).

295 Ele se porta como um funcionário que obedece ao patrão, o Estado nazista. Mas essa obediência não é cega. Eichmann, que não é um psicopata, não é apenas uma simples engrenagem do sistema nazista, no sentido em que, se ele é normalmente um ser obediente, essa obediência não é uma submissão absoluta, implicando a abolição de todo livre arbítrio (DÉJOURS, 1998; p. 156). “Não é alguém débil, nem um alienado como encontramos por vezes em psicopatologia, ele não é privado de vontade, não é um robô. É, sem dúvida, a posição intermediária que ocupa Eichmann – entre o líder apaixonado e o escravo alienado – que faz dele um sujeito terrivelmente “banal”” (DÉJOURS, 1998; p. 156). Eichmann torna-se um reflexo da sociedade. O que Hanna Arendt quer colocar em questão é que o mal se desenvolve na ausência de pensamento.

Retomo a ideia arendtiana da banalidade do mal para lhe dar outras conotações que aquelas que emergem de seu livro sobre Eichmann. O problema que quero levantar é precisamente aquele do consentimento, da participação, da colaboração de milhões de pessoas, com o sistema (...).

Em razão dessa mesma questão, tenho a tendência de pensar que, antes do problema da *banalização* do mal, quer dizer, do *processo* graças ao qual um comportamento excepcional, habitualmente impedido pela ação e o comportamento da maioria, pode ser erigido em norma de conduta, talvez em valor. Ora, a banalização do mal supõe (...) a constituição de condições específicas para poder visar o consentimento e a cooperação de todos a essas condutas e a sua valorização social. (DÉJOURS, 1998; p. 157)

Déjourns critica o caráter subjetivo e localizado do conceito de banalidade do mal em Arendt, fundado sobre a personalidade. Ao contrário, nesse ponto, então, partindo da pesquisa de campo, ele reclama a universalidade do comportamento gerado por causas objetivas: a valorização social e a cooperação.



Produzi na noção arendtiana, incontestavelmente, um deslizamento semântico, meu problema inicial não sendo aquele da psicologia individual (...). Meu problema é o de compreender uma *conduta de massa* que ridiculariza as singularidades e as personalidades individuais, que as “transcende” de alguma forma, e faz aparecer a personalidade como de pouco peso aos olhos de uma conduta de adesão coletiva. A tese é que o denominador comum a todas essas pessoas é o *trabalho*, e que, a partir da psicodinâmica da relação ao trabalho, podemos, talvez, compreender como a “banalização” do mal foi possível (DÉJOURS, 1998; p. 157).

A “banalidade do mal” significa então “a ausência, a suspensão ou o apagamento da faculdade de pensar que podem acompanhar os atos de barbárie ou, mais geralmente, o exercício do mal” (DÉJOURS, 1998; p. 195). Por “banalização do mal” devemos compreender “a atenuação da indignação face à injustiça e ao mal, mas, para além disso, o processo que, de uma parte, *desdramatiza* o mal (...), e que, de outra parte, *mobiliza* progressivamente uma quantidade crescente de pessoas, a serviço da realização do mal, e faz delas “colaboradores”” (DÉJOURS, 1998; p. 196). A conduta de massa da qual fala Déjourns, é justamente o comportamento de consentimento com a injustiça social, cujas condições de trabalho sob o neoliberalismo são o melhor exemplo, por sua manifestação global.

296

5 DES-BANALIZAÇÃO DO MAL

Déjourns coloca em evidência algumas maneiras para lutar contra a banalização do mal. A estratégia de Déjourns é de tentar desconstruir a mentira instituída e hegemônica da virilidade: “A primeira [direção] consiste em proceder sistematicamente e rigorosamente à desconstrução da distorção comunicacional nas empresas e organizações” (DÉJOURS; 1998, p. 193). Vimos que a distorção comunicacional é um dispositivo da mentira.

A maior parte dos que alimentam os *media* da mentira tem uma clara percepção dessa mentira (...). Parece-me que é nesse nível que a discussão deveria chegar, em prioridade, a discussão dos espaços disponíveis, tanto em empresas como em sindicatos ou no espaço público. Afrontando a distorção comunicacional, podemos razoavelmente esperar um despertar da comunidade científica para o trabalho, que tende a tornar-se um instrumento maior de aprendizagem contra a injustiça nas sociedades neoliberais (DÉJOURS, 1998; p. 192)

A segunda maneira consiste em “trabalhar diretamente sobre a desconstrução da virilidade como mentira” (DÉJOURS, 1998; p. 194).



Sustentamos a ideia de que a virilidade ocupa um lugar ao menos tão importante que a mentira, na medida em que, sem ela, não há possibilidade de fazer passar o mal pelo bem. Mas *a virilidade é em si uma mentira, o que não se deve omitir na análise*. Todo o resto do dispositivo de distorção comunicacional joga como potencializador da mentira da virilidade e não pode substituí-la (DÉJOURS, 1998; p. 193).

A desconstrução da virilidade tem como contraponto uma virada feminista:

Conviria enfim retomar a questão ética e filosófica do que seria a coragem desembaraçada da virilidade, partindo da análise das formas específicas de construção da coragem entre as mulheres, que poderia bem ser caracterizada pela invenção de condutas associando o reconhecimento da percepção do sofrimento, da prudência, da determinação, da obstinação e do pudor, quer dizer, condutas bem diferentes daquelas da virilidade, no que elas não tentam opor negação ao sofrimento nem ao medo, nem propõem recurso à violência, nem procedem à racionalização e não se inscrevem na busca pela glória (DÉJOURS, 1998; p.194)

297

A desconstrução (conceito de Derrida) e a viragem feminista são assim formas de desbanalizar o mal. A desconstrução, nesse sentido, tem como um dos seus principais objetivos a luta contra o falocentrismo considerando sua centralidade na constituição da razão ocidental moderna. Mas a desconstrução não tem um caráter unicamente negativo, a desconstrução do falocentrismo é indissociável da pesquisa por novas fontes de valores. O feminismo aparece como uma dessas fontes da formulação ética que não passa pela sobrevalorização da virilidade.

Finalmente, apesar de ser voluntário *pelo* trabalho, vítima e agente da banalização do mal, o indivíduo reencontra todo um campo de ação visando sua *desalienação*, unindo-se a forças de resistência e de mobilização através de novos valores, tornando-se mais que um receptáculo passivo dos discursos midiáticos e políticos alinhados à lógica neoliberal. Esse percurso tem também por objetivo a saúde e o bom funcionamento psíquico dos membros que compõem a sociedade, aproximando-se de um estudo de psicologia social. Tornar-se consciente das disjunções éticas produtoras de sofrimento é um mecanismo associado à evolução e ao aprendizado de si sobre si, conjugando a análise do sistema social como um todo e os modos de pertença do indivíduo a esse sistema social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



O livro *Sufrimento na França. A banalização da injustiça social*, tornou-se uma referência nos estudos trabalhistas e, especificamente, no campo da psicodinâmica do trabalho. No entanto, houve, por vezes, uma recepção bastante crítica do livro, como em Jean-Pierre Durand, em seu artigo, *Quanto há de sofrimento no trabalho?*. A crítica de Durand pode ser resumida em alguns pontos: 1. O privilégio dado ao sofrimento (através do conceito de “normalidade sofredora”) tornaria o prazer um avatar da cultura do sofrimento. Além disso, ele questiona que o trabalho não é a única fonte de pressão social, havendo, por exemplo, a família, o que permite dizer que o sofrimento é inerente às relações sociais; 2) Apesar de constitutivo das relações sociais, o capitalismo produz estruturalmente, através de um sistema de injustiça e desigualdade, o sofrimento social. O problema é que Déjours deslocaria esse campo político-econômico do sofrimento para instaurá-lo no campo da subjetividade, tornando a todos cúmplices do sistema, como se todos os trabalhadores fossem nazistas sem saber (crítica a qual Déjours responde longamente no prefácio à segunda edição de seu livro). Durand, no entanto, compreende que essas relações de desigualdade e injustiça são próprias das leis, que não desaparecerão da sociedade:

298

Uma tal argumentação conduz a considerar o mal, não como consequência da racionalidade econômica, mas como seu fundamento ou causa (...). Que a problemática do mal possa ser fundada nos termos em que o faz Déjours é um primeiro debate, mas a questão do apagamento das estruturas sociais, do sistema produtivo, da lógica exacerbada de rentabilidade financeira não podem ser evacuadas tão facilmente por uma condenação unívoca dos participantes da ordem social. (DURAND, 2000)

Um terceiro aspecto seria que a consequência dessa “auto-flagelação” e “auto-acusação” é que elas conduziriam a uma culpabilidade e a uma resignação que se voltam contra todo projeto de liberação. O mal, em Déjours, seria ontológico, muito mais que político-econômico.

Essas seriam, segundo Loriol (2015), as críticas mais frequentes ao trabalho de Déjours, também presentes em Gollac (2011). No entanto, este último, assim como Molinier, coloca-se numa perspectiva de alargar o trabalho de Déjours, propondo novas análises. Molinier, por sua vez, questiona que o sujeito de que fala Déjours parece ter um senso moral muito sólido – de onde seu sofrimento ético, o que ele joga muito essencialista e normativo. Essa moralidade, acrescenta Molinier, só pode ser medida, no entanto, com base nos próprios critérios desses sujeitos. Em seguida, Molinier vai ao encontro de Déjours afirmando que o sofrimento ético ocorre quando o trabalhador não trabalha mais em conformidade com seus valores e experimenta o sentimento de exercer um trabalho indigno ou vergonhoso.



Assim, como ajunta Rolo (2017), o principal conceito que vingaria da obra de Déjours seria o de sofrimento ético, que teria sofrido “emendas sucessivas desde sua criação”, podendo-se dizer que o sofrimento ético não é mais um conceito uno, mas múltiplo. Ademais, com esse conceito, Déjours amplia o campo de percepção das injustiças que, como ele mesmo afirma nos capítulos introdutórios de sua obra em questão, foi marginalizado em função dos imperativos político-econômicos na análise das relações de trabalho, abrindo também com esse gesto, todo um campo de ação e de liberação, que ele vê, sobretudo, nas teorias e práticas feministas.



REFERÊNCIAS

- DÉJOURS, Christophe. *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Seuil, 1998.
- ROLO, Duarte. Histoire et actualité du concept de souffrance éthique. *Travailler*, n°37, 2017. P 253-281.
- LORIOU, Marc. La souffrance au travail. Construction de la catégorie et mise en forme de l'expérience. *Pensée plurielle*, n°38, 2015. P. 23-33.
- DURAND, Jean-Pierre. Combien y a-t-il de souffrance au travail? *Elsevier Science*, n°42, v.2, 2000. P.313-322.

